

Os valores democráticos no Brasil: revisitando a bibliografia e analisando o cenário atual

Jéssica Duarte¹
Bruno Mello Souza²

Resumo: O presente artigo busca discutir a seguinte questão: Qual a compatibilidade entre os aspectos apontados pela bibliografia sobre as origens e o desenvolvimento da cultura política brasileira e os resultados de opinião pública atuais? Desenvolve-se essa problemática com base em autores que descrevem os processos políticos e sociais que desenvolveram a cultura política no Brasil, junto com dados do Latinobarômetro (1995-2011) sobre a percepção dos brasileiros acerca de confiança nas instituições, satisfação com a democracia e percepção de corrupção e alternância de poder.

Palavras-chave: Democracia; Brasil; Cultura Política.

The democratic values in Brazil: revisiting the literature and analyzing the actual scene

Abstract: This article seeks to discuss the following question: what is the compatibility between the aspects pointed out by the bibliography about the origins and the development of Brazilian political culture and the current public opinion? This subject is developed based on authors who describe the political process which formed Brazilian political culture together with data from Latin barometer (1995-2011) about the perception of Brazilians about confidence in institutions, satisfaction with democracy and perception about corruption and alternation of power.

Keywords: Democracy; Brazil; Political Culture.

¹ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <jeh_duarte@hotmail.com>

² Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre e Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador do Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (Nupesal/UFRGS). E-mail: <bmellosouza@yahoo.com.br>

Introdução

A América Latina tem sido estudada por diversos pesquisadores que, em geral, têm atribuído um conjunto de características mais ou menos comuns à região. As semelhanças passam por um modelo de colonização mais ou menos correspondente ao tipo explorador. Também se inclui um baixo nível de desenvolvimento econômico ao longo de séculos, em geral caracterizado pelo padrão de desenvolvimento dependente dos centros do capital. Além disso, partilham o fenômeno de uma instabilidade política pautada por intervalos autoritários ao longo do último século (BAQUERO, 2011; GONZÁLEZ, 2011; RIBEIRO, 2008; MOISÉS, 1995, entre outros).

A respeito dos padrões de cultura política, também são apontados traços gerais marcados por componentes de clientelismo, personalismo e uma baixa adesão a partidos políticos (BAQUERO, 2011). Os estudos do Latinobarômetro (2003) têm mostrado que as populações latino-americanas valorizam a democracia, mas abririam mão dela em troca de governos que se proponham eficientes no combate às desigualdades sociais. Deste modo, a formação histórica das democracias do continente é altamente permeada por um clima de instabilidade institucional e desconfiança dos cidadãos.

Para Moisés (2010), o legado dos regimes autoritários deixou a “sociedade civil passiva, enfraquecida, fragmentada e desorganizada durante a transição que se seguiu” (p. 26). O resultado desse cenário produziu dois tipos de participação política que se convencionou denominar de participação convencional e não convencional³. O caso brasileiro, nesse sentido, apresenta uma dupla face: caracterizou-se por um lado por uma importante reestruturação estatal, pautado por um intenso processo de inovação e experimentação no que diz respeito a programas governamentais (ARRETCHE, 2003), mas por outro apresenta um padrão híbrido quando colocado na dimensão da percepção das pessoas, na qual a democracia tomada no abstrato é considerada importante, mas suas instituições concretas, como partidos políticos e parlamentos, sofrem uma extrema desconfiança (MOISÉS, 2010). Assim, o cenário de consolidação democrática apresenta

³ A participação convencional diz respeito à esfera política, ao Estado, na qual a classe política tradicional é predominante. Esse tipo de atuação geralmente está associado ao momento eleitoral, como o ato de candidatar-se e votar, por exemplo, enquanto a participação política não convencional se coloca como uma esfera mais destinada à sociedade civil e diz respeito ao desenvolvimento de ações coletivas, caracterizadas pelo engajamento em espaços fora da arena tradicional, como participar de associações e protestos.

inegáveis avanços, inclusive com a abertura de espaços e canais de participação e representação de interesses, como os conselhos (GOHN, 2004), além do acesso de setores excluídos a cargos eletivos (ARRETCHE, 2003) que, contudo, não reverberam suficientemente para transformar tais avanços em maior legitimidade societal da democracia. Evidentemente, os estudos sobre cultura política latino-americana são vastos e certamente existem muitas semelhanças entre os países da região. Contudo, uma análise de caso mais atenta pode trazer maiores detalhes, aprofundando-se na compreensão da formação desse perfil de cultura política no país.

A partir desse contexto, o presente artigo se propõe a analisar a seguinte questão: o padrão de cultura política brasileira apontado pelos estudiosos do tema são coerentes com os dados mais atuais sobre percepção e confiança dos cidadãos em relação ao regime democrático? Para buscar responder a esse questionamento, serão adotados dois passos principais - primeiramente, se faz necessária uma revisão da bibliografia que trata da formação e das principais características da cultura política do país; após isso, é preciso avaliar os dados referentes à concepção que os brasileiros têm sobre o funcionamento da democracia e de suas principais instituições democráticas, a alternância de poder e a existência ou não de corrupção no país. Doravante, será possível observar se há uma congruência entre o que os autores sustentam e o que os números apontam. Com isso, na primeira parte do artigo serão apresentadas as principais ideias de estudiosos que se debruçaram sobre a problemática da formação da estrutura política no Brasil. Na segunda parte, serão analisados os dados de percepção política do Latinobarômetro referentes às questões que dizem respeito ao apoio à democracia, à satisfação com o regime democrático, à percepção da apropriação dos benefícios estatais por poucas pessoas, à seriedade do problema da corrupção no país e à confiança no governo, nos partidos políticos e no Congresso; o recorte temporal escolhido foi de 1995-2011, por se tratar do maior intervalo de dados disponíveis após a redemocratização do país.

O que a literatura diz sobre o caso brasileiro

Sabe-se que o Brasil, por seu desenho constitucional, é um Estado democrático no que concerne aos quesitos de participação e competição, visto que - conforme os

parâmetros determinados por Dahl (1997) - possui órgãos políticos com competência legislativa e são compostos por membros direta ou indiretamente eleitos pelo povo, sendo que esses órgãos têm seus componentes – ou representantes - renovados ou reeleitos periodicamente, todos os cidadãos que tenham atingido a maioria têm o direito de votar e possuir igual peso de voto, todos os eleitores têm liberdade para votar conforme a sua livre escolha e os partidos políticos podem disputar livremente por representação. No entanto, este Estado democrático apresenta fissuras causadas por uma descendência patrimonial, por um longo período de ditaduras, mas, principalmente, por iniquidades sociais persistentes que impedem parcelas significativas da população de acessar bens necessários para a sobrevivência ou para uma vida minimamente digna (O'DONNELL, 2011). Os já clássicos autores Sergio Buarque de Holanda (2007) e Raymundo Faoro (2001), embora caracterizem a sociedade brasileira de forma distinta, argumentam que a tradição sociocultural do país é um fator de grande influência na organização social atual e mesmo no sistema político contemporâneo. Para ambos os autores, nossa “herança cultural” determina fortemente nosso comportamento atual e a forma como nos organizamos.

Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra “Raízes do Brasil” (2007), constrói sua análise sobre a colonização brasileira diferenciando os aspectos valorativos das metrópoles ibéricas, colocando em oposição Espanha e Portugal. Definindo-as a partir de dicotomias, tais como o trabalhador e o aventureiro, Holanda caracterizou a colonização portuguesa como influenciada pela predisposição do colonizador à aventura e não ao trabalho. O autor argumenta que a sociedade se organizou em torno dos latifúndios agrários mais em função da “conveniência” da elite colonizadora do que como consequência de um projeto metódico e racional. Portanto, os colonizadores se organizaram economicamente tendo como unidade de produção a grande propriedade rural utilizando mão-de-obra escrava, em um primeiro momento de indígenas e, posteriormente, de negros africanos.

Como na sociedade colonial prevaleceu o tipo patriarcal e escravocrata de núcleo familiar, as relações sociais eram fortemente baseadas em laços sanguíneos que forneceram um modelo da composição social altamente desequilibrado, excludente e racista. É em função desse cenário que posteriormente, já com a declaração de

Independência do Brasil, se tornará muito difícil “aos detentores de posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público” (HOLANDA, 2007, p. 145-146). Logo, a democracia brasileira é vista como algo corrompido, em virtude destes traços tradicionais levarem a tomadas de decisões particularistas, refletindo a concentração do poder político em uma elite que acaba, também, por concentrar o poder econômico.

Raymundo Faoro (2001) confirma a análise de Holanda, argumentando que o poder, no Brasil, esteve concentrado nas mãos de uma elite desde nossa formação social e política. A colonização portuguesa e a formação do Brasil estão atreladas ao que o autor conceitua como “patronato político”. Estes “donos do poder” atuam na máquina política e administrativa de acordo com interesses particulares e com a manutenção de um *status*, garantido pelo poder central⁴, o “estamento burocrático”. Esse estamento é representado tanto pelo fazendeiro quanto pelo senhor de engenho e pelo coronel, devido à ausência de “quadro administrativo”. É, portanto, esse estamento que dirige as esferas econômica, política e financeira, comandando a administração de forma patrimonial, concentradora e excludente. A continuidade deste modelo patrimonial tradicional é explicada, também, por Schwartzman (1988), que acrescenta a noção de “neopatrimonialismo”. Esse autor explica que os padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade passam por uma estrutura burocrática pesada, porém ineficiente; os que comandam a estrutura burocrática tornam-se “déspotas” e a sociedade cada vez menos representada. Para funcionar, o jogo político precisa “cooptar” setores importantes da população (e, ao cooptar alguns setores, acaba por excluir outros).

Nos três autores supracitados, o quadro político brasileiro implica em um Estado no qual as relações pessoais têm mais valor que as leis, incorporando assim, valores privados ao espaço público. Diante desse panorama em que o poder econômico e político centralizam-se em uma elite antidemocrática, gerou-se uma cultura política personalista e uma cidadania quase ausente. Isso não significa dizer que os cidadãos brasileiros sejam, necessária e permanentemente, passivos: ao longo da história, a luta pela emancipação da cidadania fez-se presente, como na luta do movimento negro ou do

⁴ Mais em: BAQUERO, M. Obstáculos Formais à Democracia Social. Poliarquia, Cultura Política e Capital Social no Brasil. In: GONZÁLEZ, R.S. (Org). *Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil*. Ijuí: Ed Unijuí, 2007.

movimento de mulheres. O problema que parece se apresentar é que durante muito tempo os direitos civis, como o direito à garantia fundamental da vida, o direito à liberdade e o direito à igualdade, foram completamente negligenciados ou foram sobrepostos por outras prioridades políticas.

Esse cenário gradativamente altera-se com o processo de urbanização e industrialização promovida pelo Estado durante os anos 1950, na era Vargas. É a partir dessa época que a sociedade, outrora majoritariamente rural, concentradora, desigual e calcada no latifúndio agrário, passa a tornar-se cada vez mais urbana e industrial, com a substituição das relações pessoais por relações impessoais, e a substituição do “feudalismo brasileiro” pelo capitalismo patrocinado pelo Estado. Esse processo continuou durante o período ditatorial, mas deixando intocada a situação de concentração de renda nas cidades (agora de uma burguesia financiada pelo Estado). Uma massa populacional fugindo da miséria do campo dirigiu-se aos grandes centros urbanos buscando condições de vida mais dignas, mas lá se avolumou nas periferias, compondo o rico e moderno cenário urbano com as imensas favelas (FONSECA, 1989).

Sobre o período da transição democrática, José Álvaro Moisés (1995) afirma que, por maior que fosse a participação cívica que teve, foi caracterizado pelo controle dos detentores do poder. O processo de democratização brasileiro foi longo, marcado por negociações entre a elite e a oposição, e teve como pontapé inicial o governo de Geisel, em 1974, que manteve os militares participando “diretamente das negociações e dos pactos estabelecidos, com o objetivo de uma abertura política, lenta, segura e gradual” (AMORIM, 2011, p.125). A transição política brasileira foi, portanto, um processo de negociação e de liberalização.

A democracia nasceu sob arranjos políticos e a população não pôde desfrutar plenamente da vivência democrática, pois os acordos da direção política acabaram por manter a continuidade das elites autoritárias e conservadoras. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, por exemplo, a maioria dos deputados eleitos era da antiga ARENA, partido que apoiava a ditadura. O primeiro presidente após a democratização, José Sarney (PDS), havia sido presidente da ARENA; Fernando Collor, presidente eleito em 1990, foi deputado federal pelo PDS, partido de base ruralista e latifundiária.

Na verdade, “reformistas do regime autoritário foram os herdeiros políticos privilegiados do processo de transição” (ARTURI, 2001, p. 26).

Mesmo com essa continuidade, não se pode negar que a democracia brasileira avançou em muitos aspectos; a Constituição Democrática e a evolução do processo eleitoral evidenciam isso. Já durante o governo Lula, por exemplo, medidas visando à emancipação da cidadania com democratização de recursos e oportunidades foram adotadas, tais como as políticas públicas que promoveram a democratização do ensino. A partir desta revisão é possível, então, analisar os dados de percepção para observar se ocorreu alguma mudança no padrão de cultura política democrática dos brasileiros descrito pelos autores.

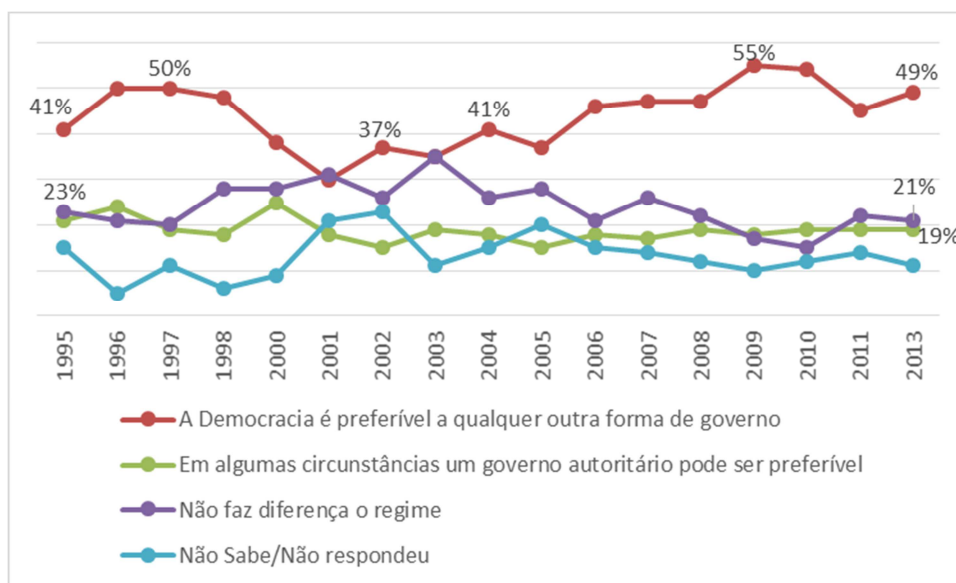
Análise de dados

A partir das reflexões acerca da trajetória política nacional, serão analisados dados pertinentes para a compreensão da atual cultura política do Brasil. Os apontamentos escolhidos dizem respeito a questões como o apoio à democracia, a satisfação com a democracia, para captar a adesão democrática por parte dos cidadãos, considerada fundamental para criar um ambiente de legitimidade na perspectiva de Moisés (1995); se decisões do governo buscam privilegiar somente a alguns, examinando assim, se do ponto de vista da percepção dos entrevistados, configura-se um cenário de elitização das benesses políticas, e de patrimonialismo, no qual os instrumentos oferecidos pela esfera pública são utilizados de maneira privada; a seriedade do problema da corrupção no país, considerando nesse sentido a percepção de corrupção generalizada como um elemento capaz de minar as bases da democracia a médio e longo prazo; e a confiança no governo, nos partidos políticos e no congresso, com vistas a analisar se há uma base de legitimidade não somente difusa, de apoio genérico à democracia, como também específica, pontual, do funcionamento das instituições existentes na prática (EASTON, 1965)⁵. A fonte da análise será o

⁵ Aqui, utilizamos a noção dicotômica adotada por David Easton (1965), de apoio difuso e apoio específico. Em linhas gerais, pode-se afirmar que o apoio difuso refere-se ao respaldo que os cidadãos conferem à democracia como uma ideia genérica, e que o apoio específico, por sua vez, reflete-se na forma como estes mesmos sujeitos avaliam as instituições realmente existentes e seu funcionamento na prática.

Latinobarômetro, com dados temporais (1995 – 2011). Os primeiros dados a serem analisados, no Gráfico 1, dizem respeito à preferência, ou não, das pessoas pela democracia, acima de qualquer outra forma de governo.

Gráfico I – “Apoio à Democracia” (%):



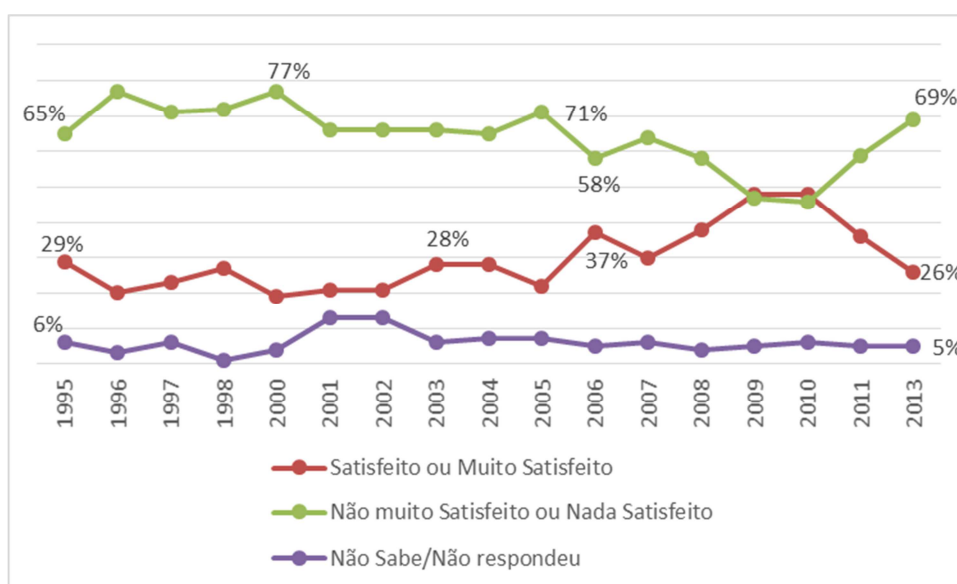
n (1995) = 1200; n (1996) = 1080; n (1997) = 1001; n (1998) = 1000; n (2000) = 1000; n (2001) = 1000; n (2002) = 1000; n (2003) = 1200; n (2004) = 1204; n (2005) = 1204; n (2006) = 1204; n (2007) = 1204; n (2008) = 1204; n (2009) = 1204; n (2010) = 1204; n (2011) = 1204; n (2013) = 1204.

FONTE: Latinobarômetro.

O número de respostas “A democracia é melhor do que qualquer outra forma de governo” varia em torno de 40% a 50%, correspondendo em geral a menos da metade da população. Esse resultado pode aparentar não ser tão grave, mas, de qualquer modo, ter em torno de metade da população não preferindo a democracia acima de qualquer outro regime é um indicador bastante negativo. A opção que diz respeito a valores autoritários “Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível”, não representa grande parte da população ao longo do período analisado, tendo seu ápice em 2000 quando um quarto dos perguntados deram essa resposta. Contudo, é importante observar que a quantidade de pessoas que responderam que o regime não faz diferença é bastante representativa, se mantendo acima dos 20% ao longo de quase todo o período (à exceção de 2009 e 2010) e chegando a 31% das respostas dadas em 2001.

De um modo geral, o que se pode perceber é que a sociedade se vê bastante dividida entre indicadores democráticos e não democráticos, sugerindo que a forte influência de regimes autoritários ainda possui reflexos na cultura política do país. Talvez, nesse sentido, inclusive o modelo de transição caracterizado pela negociação e com os militares deixando o poder de forma lenta, gradual e segura, contribua para esta divisão. Seguindo na esteira da democracia em uma perspectiva mais ampla, o Gráfico 2 apresenta os índices de satisfação com a democracia, a fim de mensurar a forma como a população a avalia na prática:

Gráfico II – “Satisfação com a Democracia” (%):



n (1995) = 1200; n (1996) = 1080; n (1997) = 1001; n (1998) = 1000; n (2000) = 1000; n (2001) = 1000; n (2002) = 1000; n (2003) = 1200; n (2004) = 1204; n (2005) = 1204; n (2006) = 1204; n (2007) = 1204; n (2008) = 1204; n (2009) = 1204; n (2010) = 1204; n (2011) = 1204; n (2013) = 1204.

FONTE: Latinobarômetro.

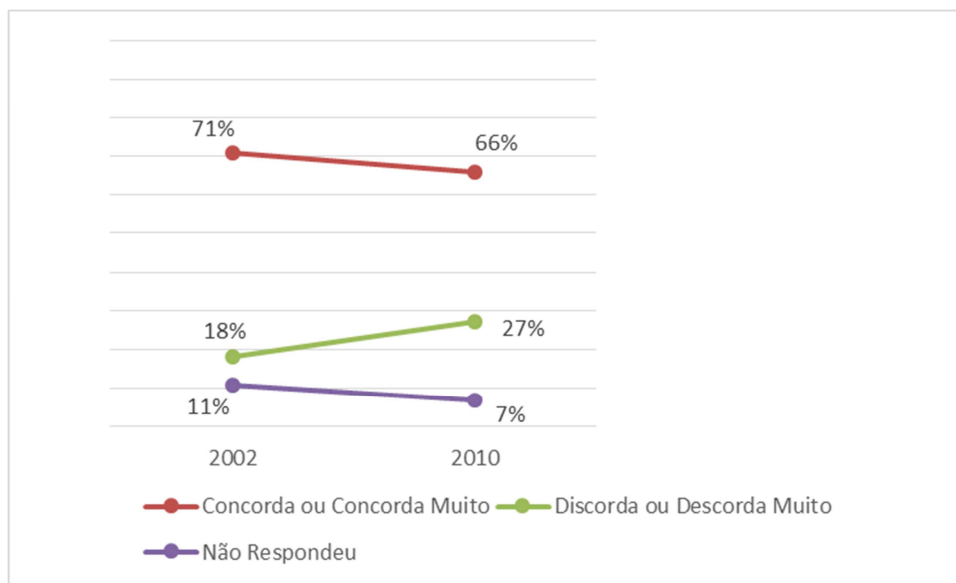
A pergunta feita para medir a satisfação com a democracia foi: “Em geral, você diria que está muito satisfeito, satisfeito, não muito satisfeito ou nada satisfeito com a democracia no país?” Aqui, para efeito de análise, as respostas “muito satisfeito” e “satisfeito”, e “não muito satisfeito” e “nada satisfeito”, foram agregadas em duas dimensões, com o intuito de conferir maior clareza à dicotomia entre satisfação e insatisfação. Mesmo sendo um regime consolidado do ponto de vista institucional, as

avaliações mostram que a população desaprova bastante o funcionamento da democracia brasileira na prática na maior parte do tempo. Contudo, é preciso observar que houve uma melhora nas avaliações a partir de 2006, quando o número de pessoas satisfeitas aproxima-se um pouco ao de insatisfeitas, chegando em 2009 e 2010 a ser por um ponto percentual maior. Porém, os anos mais recentes apresentam nova queda, e em 2013 o percentual de satisfação chega aos 26%. Uma das explicações dadas pela literatura para esse fenômeno é de que as atitudes políticas após a democratização certamente evoluíram, mas:

[...] quando prevalece a ineficiência ou a indiferença institucional diante de demandas para fazer valer direitos assegurados por lei ou generalizam-se práticas de corrupção, de fraude ou de desrespeito ao interesse público, instala-se uma atmosfera de suspeição, de descrédito e de desesperança, comprometendo a aquiescência dos cidadãos à lei e às estruturas que regulam a vida social; floresce, então, a desconfiança e o distanciamento dos cidadãos da política e das instituições democráticas (MOISÉS e CARNEIRO, 2008, p. 39)

Dentro da temática referente à avaliação do regime na prática, o Gráfico 3 permite mensurar as opiniões em relação às atitudes dos governantes no Brasil na hora da tomada de decisão. Isto é, apresenta a percepção das pessoas no que diz respeito à forma como os políticos atuam, se de acordo com interesses particulares e com a manutenção de um *status* ou com vistas ao bem-estar da maioria:

Gráfico III – “As decisões do governo buscam privilegiar somente a alguns?” (%):

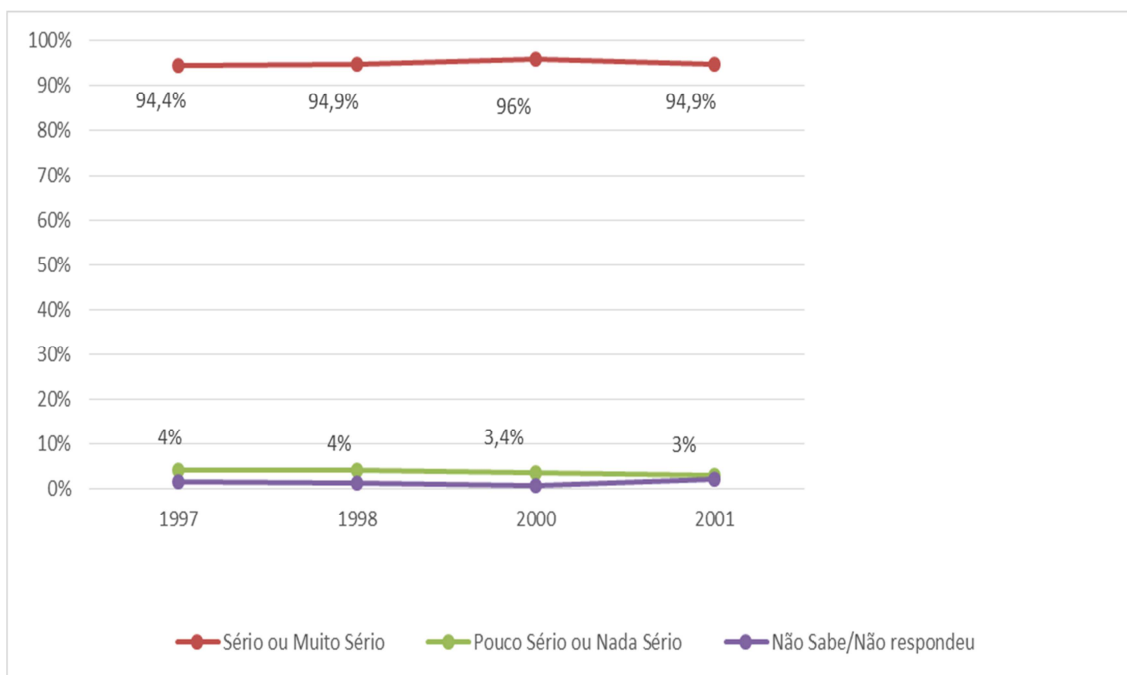


n (2002) = 1000; n (2010) = 1204.

FONTE: Latinobarômetro.

Antes de analisar o resultado, é importante ressaltar que o banco de dados do Latinobarômetro só dispunha de informações para esse questionamento nos anos de 2002 e 2010; contudo, como esse recorte abrange um intervalo bastante longo e o questionamento contempla um ponto importante da teoria de Faoro (2001), decidiu-se por manter esse apontamento na análise. O valor em relação às pessoas que concordam com a afirmação é alto, 71% em 2002 e 66% em 2010, enquanto aquelas que não concordam são apenas 18% em 2002 e 27% em 2010. Novamente, pode-se observar uma relativa melhora nos indicadores do período mais antigo para o mais atual; contudo, o balanço final segue bastante negativo.

Níveis como estes indicam que a grande maioria da população compreende que há a permanência da representação dos interesses de um pequeno grupo, uma elite, reforçando uma tendência da própria formação do Estado brasileiro, conforme apontado pela literatura. Segue uma imagem de um Estado patrimonialista, corrupto, não pertencente ao conjunto da sociedade, no qual os indivíduos buscam satisfazer necessidades e anseios pessoais em detrimento das demandas da maior parte da população. Esse resultado pode indicar que a maioria dos cidadãos não vê a democracia como um meio que facilitaria o acesso das demandas de grupos variados aos centros de decisão. Seguindo a temática referente à percepção das pessoas sobre a atuação dos governantes, o Gráfico 4 traz a opinião dos brasileiros sobre a corrupção no país. As respostas avaliam o problema da corrupção como “muito sério”, “sério”, “pouco sério” e “nada sério”, sendo agrupadas em duas categorias. Novamente, os únicos dados disponíveis diziam respeito aos anos de 1997, 1998, 2000 e 2001, mas, por se tratar de uma questão fundamental para a análise, esta pergunta foi mantida no estudo.

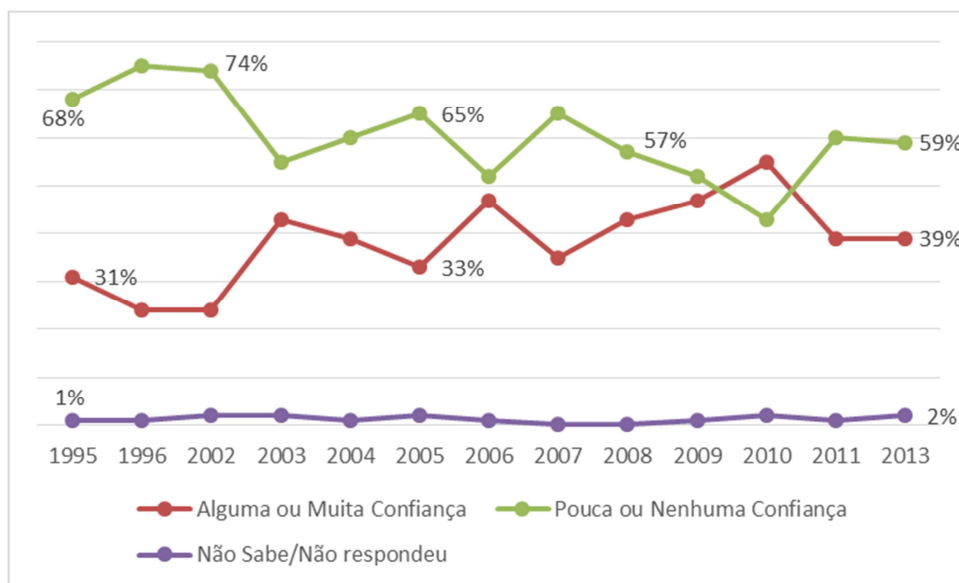
Gráfico IV – “Quão sério é o problema da corrupção hoje no país?” (%):

n (1997) = 1001; n (1998) = 1000; n (2000) = 1000; n (2001) = 1000.

FONTE: Latinobarômetro.

Os dados mostram que os índices são muito altos entre os cidadãos que consideravam a corrupção como um problema “sério” ou “muito sério”. A porcentagem para esta resposta varia em torno de 95% ao longo do período, enquanto para a resposta “pouco sério” ou “nada sério” fica entre 3% e 4%. A questão da percepção da corrupção é um ponto crucial para analisar a forma como a população avalia o regime e a política no país, pois aponta para um dos principais obstáculos à confiança das pessoas em relação às instituições democráticas. Trata-se novamente, também, da generalização da ideia de que os políticos e governos somente buscam interesses privados quando estão no poder. Essa percepção encontra-se tão entranhada que um famoso político fez carreira em São Paulo sempre sob o imaginário coletivo do “Rouba, mas faz”; ou seja, um cinismo político pautado na premissa de que todos são corruptos, e, assim sendo, a escolha por um corrupto que ao menos tenha iniciativa passa a ser dotada de certa racionalidade. Deste modo, a percepção de que a corrupção é um problema grave e generalizado por parte da população demonstra mais uma fragilidade da relação entre o regime e a sociedade. Mediante tal situação, é interessante analisar os dados do próximo gráfico, que trata especificamente da questão da confiança no governo:

Gráfico V – “Confiança no Governo” (%):



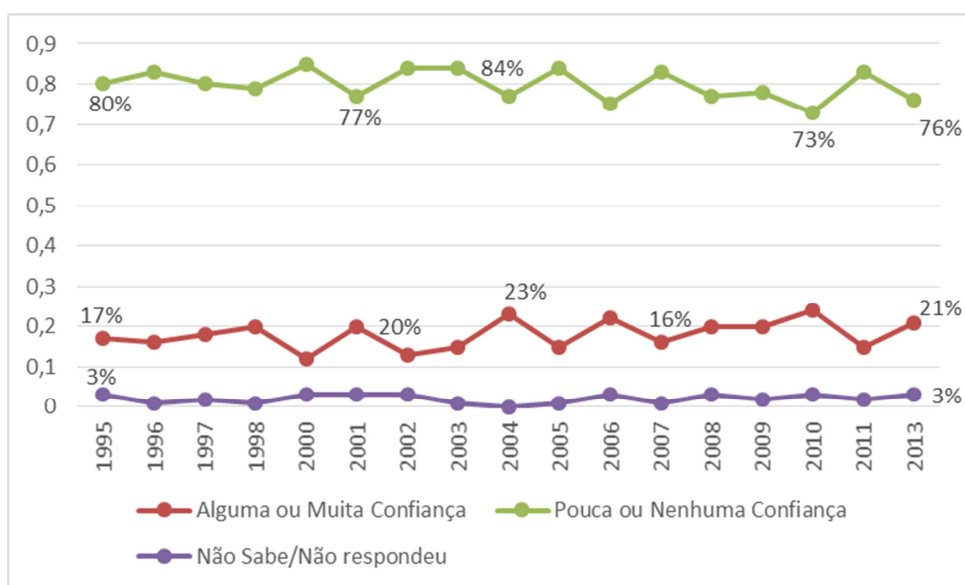
n (1995) = 1200; n (1996) = 1080; n (2002) = 1000; n (2003) = 1200; n (2004) = 1204; n (2005) = 1204; n (2006) = 1204; n (2007) = 1204; n (2008) = 1204; n (2009) = 1204; n (2010) = 1204; n (2011) = 1204; n (2013) = 1204.

FONTE: Latinobarômetro

Mais uma vez, quatro possíveis respostas foram agregadas em duas categorias para tornar a análise mais objetiva e direta. O primeiro ponto que se pode observar, ao olhar o gráfico, é que ocorre um padrão de oscilação entre mais ou menos confiança no governo ao longo do tempo. Contudo, é fundamental salientar que há uma contundente preponderância de “Pouca ou Nenhuma Confiança”, variando em torno de 55% e 65%. Já a opção referente a “Alguma ou Muita Confiança” se mantém abaixo dos 50% em quase todos os anos, à exceção de 2003 e 2010. A partir disso, é possível constatar que, novamente, a sociedade oscila entre valores positivos e negativos referentes à democracia, pendendo para o indicador negativo. É possível observar, ainda, que a partir de 2007 houve uma relativa melhora na confiança das pessoas em relação ao governo, que voltou a cair nos últimos anos. De fato, os sujeitos que possuem baixa confiança são a maioria em quase em todo o período, e nos últimos anos o desgaste institucional tornou a manifestar-se nesse indicador, a notar, por exemplo, pelas mobilizações antigoverno e anti-PT nas redes sociais. De fato, nos últimos anos a imagem do governo, no poder desde 2002 e já sem a carismática figura de Lula presente, tem sofrido uma enorme corrosão, que vem se refletindo principalmente após

as manifestações de 2013 e que, mesmo com a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, encontra-se encurralado por fortes pressões midiáticas e sociais, entrando, dessa maneira, numa espiral de impopularidade. O próximo gráfico segue na mesma linha do anterior, apresentando a confiança da população nas instituições políticas, porém desta vez as entidades representativas escolhidas foram os partidos.

Gráfico VI – “Confiança nos partidos políticos” (%):



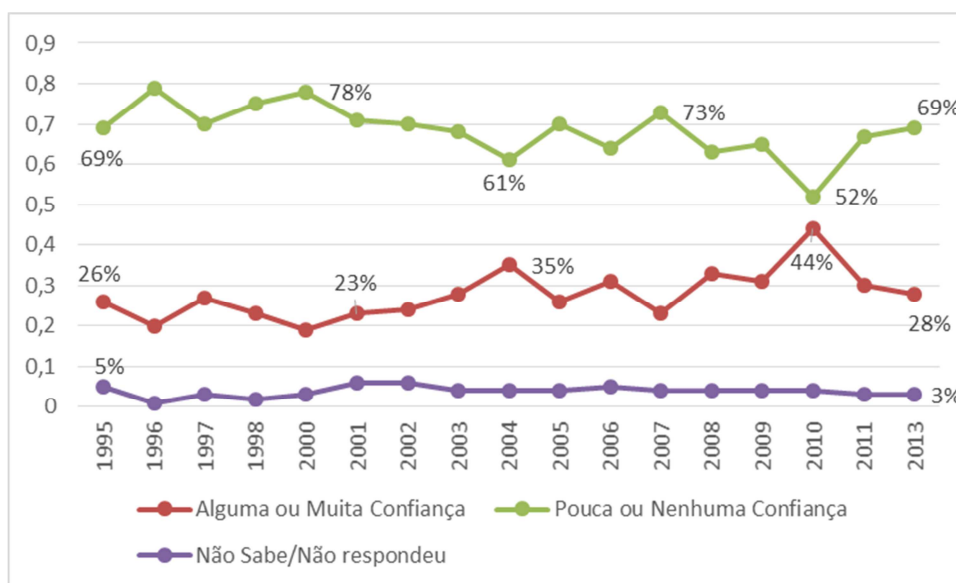
n (1995) = 1200; n (1996) = 1080; n (1997) = 1001; n (1998) = 1000; n (2000) = 1000; n (2001) = 1000; n (2002) = 1000; n (2003) = 1200; n (2004) = 1204; n (2005) = 1204; n (2006) = 1204; n (2007) = 1204; n (2008) = 1204; n (2009) = 1204; n (2010) = 1204; n (2011) = 1204; n (2013) = 1204.

FONTE: Latinobarômetro

O descrédito dos brasileiros em relação aos partidos políticos é claramente ilustrado neste gráfico. A categoria “Pouca ou Nenhuma Confiança” nos partidos oscila em torno dos 80%, enquanto as pessoas que dizem ter “Alguma ou Muita Confiança” nestas organizações têm como pico a marca de 24% em 2010. Este dado surge como um aspecto preocupante na medida em que os partidos são considerados como as instituições responsáveis por representar os interesses dos cidadãos na arena política (BAQUERO, 2000). Tal desconfiança pode gerar uma lacuna de representação. Esta lacuna surgiu muito clara nos movimentos de junho de 2013 no país, nos quais os manifestantes demonstraram uma extrema insatisfação com o panorama político

nacional, como também expressaram grande repúdio contra os partidos que buscavam se inserir no movimento. Isso demonstra que, na mesma esteira da insatisfação com o governo que comanda o Brasil desde 2002, existe uma insatisfação mais generalizada sobre a própria maneira como a representação tem sido dada no país. Sem encontrar respaldo e identificação nas esferas políticas formais, a população tem mobilizado forças através de redes como Facebook e Twitter, e saído às ruas para expressar seu desencanto com o cenário. Com isso, é evidenciado, novamente, um problema à democracia brasileira: os cidadãos não confiam em instituições fundamentais ao regime, tais quais são os partidos políticos, e têm buscado extravasar tal insatisfação em uma postura que muitas vezes tem se demonstrado até agressiva. Ainda neste contexto, o Gráfico 7 ilustra o nível de confiança das pessoas no Congresso.

Gráfico VII – “Confiança no Congresso” (%):



n (1995) = 1200; n (1996) = 1080; n (1997) = 1001; n (1998) = 1000; n (2000) = 1000; n (2001) = 1000; n (2002) = 1000; n (2003) = 1200; n (2004) = 1204; n (2005) = 1204; n (2006) = 1204; n (2007) = 1204; n (2008) = 1204; n (2009) = 1204; n (2010) = 1204; n (2011) = 1204; n (2013) = 1204.

FONTE: Latinobarômetro

De modo geral, os índices de desconfiança são altos, novamente. O índice negativo “Pouca ou Nenhuma confiança” varia em torno de 70% dos entrevistados, mais de dois terços dos sujeitos, enquanto o índice “Alguma ou Muita Confiança”

oscila, geralmente, entre 20% e 35%. Evidencia-se, assim, também no âmbito da representação no legislativo, uma grande descrença, preocupante para a legitimidade democrática no que concerne ao respaldo dos cidadãos junto às instituições políticas do país. Partidos, governo e legisladores, dessa maneira, aparecem como facetas de uma mesma síndrome de insatisfação e desconfiança. É interessante observar, também, que, como em outros indicadores apresentados no artigo, o ano de 2010 é um ano atípico, visto que os índices positivo e negativo para confiança no Congresso se aproximam bastante. Esse dado vai ao encontro das tendências encontradas nas variáveis anteriormente examinadas, demonstrando que, de modo geral, ainda existem barreiras para a legitimidade e adesão ao regime democrático por parte dos brasileiros, refletidas em desconfiança sobre as instituições, em uma alta percepção da corrupção como problema sério existente no país, e também na apropriação dos benefícios decisórios para uma minoria privilegiada, contrastando com uma opinião genérica positiva à democracia.

Considerações finais

De um modo geral, a revisão bibliográfica aponta para um quadro político brasileiro composto pela incorporação dos valores privados ao espaço público, resultando em uma elite antidemocrática, uma cultura política personalista e uma cidadania quase ausente. Além disso, os textos examinados apontam que no Brasil a tomada de decisão se dá de forma mais centralizada e distante, com atores políticos frágeis, fazendo com que os eleitores mantenham-se desconfiados no que concerne ao processo político.

No Brasil, durante muito tempo, a estrutura burocrática foi instrumento de cooptação política e de manutenção dos poderes de uma minoria. Junto a isto, o descrédito em relação aos partidos políticos favorece o personalismo, remetendo aos problemas patrimoniais que permearam a história do país. Este “fisiologismo” da política brasileira é reforçado – mesmo em tempos de democracia – pela perpetuação de alguns grupos de poder e pela relativa distância da população em relação ao mundo político, o que encontra ressonância nas constatações históricas oferecidas por autores como Faoro (2001) e Schwartzman (1988). Dessa maneira, mesmo em anos mais recentes verifica-se um cenário de desconexão entre a democracia e seu funcionamento

formal e a percepção dos cidadãos, que ainda manifestam que este regime é preferível a regimes autoritários, mas mantém padrões preocupantes de desconfiança e cinismo em relação ao regime democrático na prática e suas instituições.

Os dados apresentados apontam para uma dificuldade bastante grande por parte das instituições democráticas em se colocar como entidades representativas, confiáveis e eficientes perante a população. A mensuração referente ao apoio à democracia enquanto regime apresentou resultados relativamente positivos, pois apesar de uma parcela significativa das pessoas perguntadas ainda apresentarem indiferença ou tendências autoritárias, a quantidade de respostas que afirmam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo se mantém superior em quase todo o período.

Em contrapartida a isso, as percepções referentes ao funcionamento na prática da democracia e suas instituições e às atitudes dos políticos, apresentaram resultados bastante preocupantes; com grande maioria da população se declarando insatisfeita, desconfiada das instituições, acreditando que a corrupção é um problema grave e que as decisões do governo buscam privilegiar apenas a alguns, refletindo, deste modo, um descompasso entre a dimensão difusa e a específica de apoio à democracia (EASTON, 1965). Esse aspecto reafirma a característica híbrida sublinhada por Moisés (2010), que se configura em um apoio à democracia como “ideal” combinado com fortes padrões de desconfiança nas instituições democráticas- como partidos e parlamento- na prática. Reforça, ainda, a ideia de que o Estado é algo ainda utilizado para benefícios de pequenos grupos, colocando em prática relações patrimonialistas e corruptas. Desse modo, o quadro geral ainda é bastante negativo, ainda que alguns dos quesitos analisados neste artigo tenham apresentado um retrospecto mais positivo nos anos mais recentes.

Cabe ressaltar, para finalizar, que as possibilidades analíticas aqui apresentadas não esgotam aspectos para os quais futuros estudos poderão atentar. Dentre eles, encontra-se a melhora, ainda que relativamente tímida, do respaldo difuso oferecido à democracia, nos últimos anos. Tais percentuais que remeteriam a um cenário mais auspicioso para o regime democrático ensejam um aprofundamento analítico, vislumbrando quais motivos poderiam nos levar a uma explicação destes percentuais, se

há uma tendência de aumento da adesão ao longo dos anos, e quais fatores explicativos poderiam ser explorados, do ponto de vista da continuidade e persistência institucional no país. São questões bastante pertinentes a se verificar *a posteriori*, desenvolvendo e enriquecendo as análises ora apresentadas. Há também como terreno fértil para análises os impactos das últimas manifestações não só contra o governo, mas que reverberam também no sistema político como um todo, sobre a democracia no país: a médio e longo prazo, esta revolta toda trará mais refreamento do apoio democrático e descrença, ou pelo contrário, será um gatilho para aumento da participação e do senso de cidadania dos brasileiros? Respostas como essas surgirão como elemento-chave para explicar os desdobramentos do cenário cultural brasileiro em relação ao terreno político nos próximos anos, refletindo, quiçá, até mesmo em soluções- ou mais problemas- provenientes das esferas institucionais.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Maria Salete S. Democracia e cultura política em perspectiva comparada: Brasil e Paraguai. In: BAQUERO, M. (Org.) **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 119 – 140.
- ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>. Acesso em 28 set. 2015.
- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.17, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2013
- BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
- BAQUERO, Marcello. (Org.) **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *Análisis on line: series temporales*. Disponível em: < <http://www.latinobarometro.org/>> Acesso em: 11 nov. 2013.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.
- EASTON, David. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar D. **Vargas: o capitalismo em construção - 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, maio-agosto 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7113/8586>. Acesso em: 29 set. 2015.

GONZÁLEZ, Rodrigo S. Democracia, Cultura Política e Experiências Participativas na América Latina. In: BAQUERO, M. (Org). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2011, p. 47-68.

HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Ed. USP, 2010.

_____. **Os Brasileiros e a Democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Ática. 1995.

MOISES, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, Junho 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2013.

O'DONNELL, Guillermo. **Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese de Doutorado em Sociologia - Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas. Universidade Federal do Paraná, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.